



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

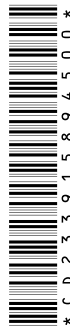
(Da Dep. Célia Xakriabá)

*Requer realização de Audiência
Pública para tratar com o tema de
Financeirização da Natureza e
Impacto sobre Territórios Indígenas e
de Povos e Comunidades Tradicionais*

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater Financeirização da Natureza e o impacto sobre Territórios Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais.

Sugere-se que sejam convidados(as) as representações das organizações, movimentos e associações abaixo identificadas:

1. Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
2. Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
3. Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+ (CONAREDD+)
4. Ministério Público Federal do Pará (MPF-PA)
5. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
6. Representante do Povo Indígena Munduruku do Médio e Alto Tapajós
7. Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos –CONAQ
8. Coletivo Maparajuba – Assessoria Jurídica Popular – Pará





JUSTIFICAÇÃO

Em julho deste ano, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, declarou que as mudanças climáticas estão fora de controle¹, uma realidade que já é vivenciada pela população, especialmente por regiões e grupos vulneráveis afetados diretamente, e de forma desigual, por eventos climáticos extremos. Nesse contexto, reforça-se o objetivo já apontado em 2015, no acordo de Paris e na Agenda 2030 da ONU, de medidas para combater os impactos da mudança climáticas e a redução de emissões de gases de efeito estufa.

No Brasil, o desmatamento e as atividades agropecuárias são responsáveis por quase 75% das emissões totais no país². Por outro lado, territórios indígenas, quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, áreas efetivamente utilizadas para reforma agrária não emitem significativamente gases. Estudos evidenciam o papel regulador do clima desses territórios, destacando, por exemplo, uma redução de até 5° C na temperatura em territórios indígenas demarcados em comparação com áreas circundantes usadas para monoculturas³. Pesquisas também mostram que quase 99% dos territórios quilombolas mantiveram registros inalterados de desmatamento nos últimos 13 anos, sendo 90% deles sumidouros de carbono na Amazônia entre 2001 e 2021.

Assim, com base nas metas assumidas pelo Brasil e nos objetivos e diretrizes estabelecidos pela Política Nacional de Mudança de Clima, o esperado é que as políticas climáticas fortaleçam os territórios reguladores do clima e enfrente as causas e os causadores das emissões de gases de efeito estufa. Entretanto, preocupa-nos que várias das soluções com mais destaque, apontadas para redução e/ou mitigação, tragam ainda mais danos àquelas comunidades e grupos, que além de serem os que mais tem recebido impactos de eventos climáticos, também são os que menos contribuem para emissão de gases.

Diversas notícias e denúncias apontam que na busca por créditos de carbono, empresas tem pressionado comunidades tradicionais e povos

1 Secretário-geral da ONU diz que as mudanças climáticas estão fora de controle. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/07/07/secretario-geral-da-onu-diz-que-as-mudancas-climaticas-estao-fora-de-controle.ghtml>

2 Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil. Disponível em: <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>

3 Temperatura média anual em terras indígenas é até 5°C menor do que no entorno. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/09/ipam-comprova-que-terra-indigena-do-xingu-tem-temperatura-5oc-menor.ghtml>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)



indígenas, em especial na Amazônia⁴. A partir de iniciativas de mercado de carbono, como projetos de Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), empresas tem feito especulação de terras em territórios indígenas, com diversos relatos de assédio para assinatura de contratos e pré-contratos. Dados indicam que já há mais de 36 projetos de expansão do mercado de carbono na Amazônia, a maioria deles, sem conhecimento da FUNAI.

Ações vinculadas a concessões florestais reguladas pela Lei 11.284/2006, pagamentos por serviços ambientais e projetos de mercado de carbono compõem o que tem se chamado de “Mercado Verde”. Apesar da importância da regulamentação de instrumentos ambientais econômicos, já previstos na Política Nacional do Meio Ambiente, e de projetos positivos sob a Lei de Pagamento de Serviços Ambientais - que traz o importante princípio do provedor-pagador -, há um processo crescente de Financeirização do meio ambiente, com viés nítido de racismo ambiental, que pode resultar em perdas para territórios tradicionais, florestas e meio ambiente, agravando os efeitos das mudanças climáticas.

Diante desse cenário, é essencial que esta Comissão forneça espaço para denúncias de territórios afetados, como o povo Munduruku no Pará, e aprofunde o debate sobre o Mercado Verde, dialogando com iniciativas, como a do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual no Pará. Além disso, é crucial ampliar a discussão sobre estratégias de fiscalização e responsabilização, e proteção de territórios em cooperação com o Poder Executivo. Diante do exposto, solicitamos o apoio das deputadas e deputados na aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, de outubro de 2023.

⁴ ‘Caubóis do carbono’ loteiam a Amazônia. Disponível em: <https://sumauma.com/caubois-do-carbono-loteiam-a-amazonia/>

